

## A GUERRA DO CONTESTADO EM IMAGENS E TEXTOS: INTERFACES POSSÍVEIS PARA O CONHECIMENTO HISTÓRICO EM SALA DE AULA

Karen Christine Rechia<sup>80</sup>

*Este relato é dedicado a todos os alunos e alunas do CA/UFSC que permitiram que eu fosse professora, com toda a intensidade que este ofício implica.*

*Em especial às 2<sup>as</sup>. Séries do Ensino Médio/ano 2000, porque permitiram que eu me tornasse cúmplice.*

*Para sempre.*

O presente relato trata de uma experiência na disciplina de História, realizada com a 2<sup>a</sup>. SÉRIE B do Ensino Médio, no ano de 2000. É importante contextualizar este momento na minha trajetória em relação ao Colégio de Aplicação/UFSC. Neste ano eu havia entrado na instituição como professora “substituta” e havíamos participado de uma exaustiva greve. A reposição de aulas acontecia inclusive aos sábados e tínhamos o desafio de repô-las satisfatoriamente, de acordo com o planejamento e os conteúdos, e ao mesmo tempo criarmos maneiras de mobilizar e motivar os alunos, tanto pelo tempo em que estavam afastados dos estudos devido à greve, quanto pelos difíceis tempos em que aconteciam as reposições.

Optei por manter o mesmo registro que fiz à época, pois é muito significativo olhar para o nosso passado docente e perceber quais eram as questões que nos intrigavam, como lidávamos com as questões que motivavam os nossos alunos enfim, como nos posicionávamos na prática docente, nossas escolhas, a relação com o “outro” e com os saberes que envolviam e envolvem esta prática.

Dessa forma, o registro desta prática tinha como objetivo principal o de compartilhar um trabalho realizado coletivamente, pois uma das minhas

---

<sup>80</sup> Professora do Colégio de Aplicação  
Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC  
Doutoranda em Educação  
Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP  
Email: krechia@gmail.com

inquietações docentes dizia respeito a possibilidade de construção de conhecimento histórico em sala de aula e a valorização dos alunos como sujeitos neste processo.

O recorte cronológico relativo ao currículo para as segundas séries correspondia ao período da República Velha (1889-1930). Neste sentido, um dos temas selecionados foi a Guerra do Contestado (1912-1916), ocorrida na região de litígio entre Paraná e Santa Catarina. Assim, após a introdução do tema, lancei um texto ao grupo que reproduzia uma mensagem atribuída ao monge José Maria. De uma forma bastante espontânea foram surgindo, além de considerações acerca do conteúdo, outras referentes a suposta “chatice” do assunto. A discussão encaminhou-se então, para um viés metodológico. Várias idéias foram lançadas e, ao final, decidiu-se que a forma mais adequada para motivar, envolver todos os alunos e ao mesmo tempo propiciar uma outra relação com aquele conteúdo, menos passiva e mais “digestiva” – num sentido antropofágico - foi a montagem de um tribunal. Nesta mesma aula, discutimos qual seria a causa a ser julgada, que ficou assim definida:

### **“REBELDES FANÁTICOS” DO CONTESTADO: CULPADOS OU INOCENTES?**

Passamos ao passo seguinte: coleta de material referente ao tema e também de material referente à estrutura que pretendíamos montar pois, afinal, nenhum de nós sabia como funcionava um tribunal. Neste aspecto, o trabalho foi muito interessante, pois apesar da minha procura por este gênero nos relatos de experiências no ensino de História, nenhum deles explicitava o funcionamento mais detalhado, nem os papéis exercidos. O que nos levou a investigação em bibliografias da área jurídica com o auxílio até de familiares e amigos, bem como a assistência de filmes de diferentes temáticas, porém que tinham em comum ação que se passavam ou envolviam tribunais de júri.

Esta etapa foi bastante trabalhosa, contudo a posterior também, pois a partir da definição de papéis, cada qual ficava responsável por produzir seus argumentos e atitudes, a compor o personagem, o que exigiu uma notável sistematização. Dessa forma, neste terceiro momento, definimos os

papéis a serem desempenhados, que ficaram assim dispostos (em negrito, os personagens históricos):

**Juiz** – Alden Liuti Nascimento

**Promotoria** (acusação) – Adriana Ferraz e Fernanda Idezia Souto de Lima

**Testemunhas da acusação:**

- Fabiana Baruffi (**General Fernando Setembrino de Carvalho**)
- Dauana Carolina de Freitas Gomes (**Coronel Francisco de**

**Albuquerque**)

- Mário Paulo de Souza Neto (**Percival Farquhar**)

**Defesa** – Christina Casarin Ribeiro e Alessandra Lopes da Costa

**Testemunhas da defesa:**

- Jefferson Luiz de Andrade (**João Gualberto de Gomes Sá**)
- Leonardo Ribeiro Cardoso (**Capitão João Teixeira de Matos**

**Costa**)

- Naila Rubia Tumelero (**Vidente Maria Rosa**)
- Bruno RossaPiacentini (**Adeodato Manoel Ramos** – um dos

líderes dos rebeldes)

**Júri:** Magnum Maciel Vieira, Graziela Aparecida Framarim Gil, Guilherme Coutinho Silva, Roberta de Andreis Pires, Aline MortariFrasson e Carlos Eduardo Marques Moreira.

**Escrivãs:** Andrea Cristina Pagel e Daniela Ferreira

**Filmagem:** Soledad (aluna do intercâmbio de **Córdoba/Argentina**)

Destaco a participação da aluna Soledad, que neste momento frequentava a classe pelo intercâmbio que existe entre o Colégio de Aplicação/UFSC e a Escuela Superior de Comércio Manuel Belgrano de Córdoba/Argentina. Como ela estava há pouco tempo no colégio, o próprio grupo sugeriu que ela fosse a cinegrafista. A aluna prontamente aceitou e participava de todos os encontros, aprendendo com os colegas acerca da

história catarinense e brasileira ao mesmo tempo em que tornava-se mais próxima dos colegas.<sup>81</sup>

De acordo com nossas leituras na área jurídica, nosso juiz elaborou quesitos para o julgamento, pois descobrimos que não se julga a culpa e a inocência dos acusados, mas as situações relacionadas a eles. Deste modo, os quesitos foram:

1. Invasão de propriedade privada
2. Batalha de Taquaruçu (ataque às tropas governamentais)
3. Invasão à Papanduva
4. Invasão à Itápolis
5. Incêndio à Estação de Calmon e Serrarias Lumber
6. Invasão à Estação de São João
7. Invasão a Curitibanos
8. Sequestro do trem para Calmon

Determinados os quesitos, pedi que a acusação e a defesa elaborassem as perguntas, para que suas respectivas testemunhas fossem instruídas, e para que eu pudesse orientar na pesquisa dos aspectos históricos. Mesmo com toda a preocupação em não incorrerem numa invencionice exacerbada e incoerência para com o desenrolar dos fatos levantados pela pesquisa bibliográfica, permiti uma certa licença no tocante a alguns personagens que ou não permaneceram na região durante todo o conflito ou faleceram. Este foi o caso do Capitão João Gualberto no início deste, na batalha de Irani e do Capitão João Teixeira de Matos Costa, posteriormente. Os próprios alunos consideraram os personagens de relevância para que se compreendessem as relações estabelecidas a partir da intervenção armada na região.

Decidimos que no dia 1º de setembro aconteceria a apresentação e que, no dia 11 do mesmo mês, cada aluno entregaria um texto no qual relataria, de forma resumida, o conflito e a sua atuação no tribunal. Os textos foram escritos individualmente, exceto os da acusação, da defesa e o do júri. Em termos de duração, desde a concepção da ideia (14/08) até a

---

<sup>81</sup>Sobre o Projeto Córdoba, ver informações no site <http://www.ca.ufsc.br/cordoba/index.htm>.

última apresentação (18/09), a experiência somou um total de 15h/a aproximadamente e em sala, e a data para a entrega do texto teve que ser adiada.

Alguns fatores provocaram a extensão das datas. No dia estabelecido para a apresentação utilizamos o palco do auditório do CA e os alunos trajaram-se de acordo com seus personagens. Quando alguns deles ficavam excessivamente nervosos parávamos a filmagem e, com a minha orientação e o apoio dos colegas, nos ajustávamos e prosseguíamos.

O que chamou muito a atenção foi que este nervosismo deveu-se não somente a forma de apresentação (oral, na frente de todos), mas também pela necessidade de improvisação em vários momentos. Os grupos estavam bem preparados, mas as testemunhas da acusação só sabiam as perguntas da própria acusação e desconheciam qual seria a arguição da defesa, e vice-versa. Do mesmo modo o juiz teve que improvisar imbuído de todo seu conhecimento histórico da causa, pois no “calor” das discussões, as advogadas, numa performance nada combinada, clamavam “protesto, Sr. Juiz!”, exigindo deste um posicionamento nos encaminhamentos a serem tomados, frente a tais manifestações.

Ao término das duas aulas não concluímos a apresentação e, para tal, usamos mais duas aulas na semana seguinte. Para que fossem contínuas – pois este é um dos limites deste tipo de trabalho - uma delas foi gentilmente cedida pela professora Jandira de Filosofia. Nestas aulas, com a mesma motivação, encerramos o tribunal com o veredicto do júri, inocentando os revoltosos do Contestado em todos os quesitos.

Gostaria de apontar alguns trechos dos textos, no sentido de mostrar o envolvimento dos alunos com a atividade. Ressalto que pedi que fosse redigido um texto sobre o personagem e não necessariamente como se eles mesmos o fossem porém, para minha surpresa, muitos deles assumiram o personagem.

Em relação às testemunhas, pude classificar os relatos em três tipos. O primeiro consistiu num perfil biográfico do personagem e as perguntas e respostas do tribunal, demonstrando um distanciamento ou uma dissociação entre a aluna e seu personagem, como o trecho abaixo:

*Maria Rosa também afirmou não ter provas sobre suas visões, mas que sua religiosidade não a faria mentir e falou que quem fosse a favor da religião, da fé e do movimento, que acreditasse em suas palavras e a seguisse, pregando os ensinamentos do monge. (Naila, 2000. Acervo pessoal)*

O segundo, uma narrativa autobiográfica, como este excerto da aluna Fabiana, ou melhor, do General Setembrino de Carvalho:

*Assim fui chamado do Rio de Janeiro, com o objetivo de acalmar os revoltosos. Na chegada em aqui em Santa Catarina, tentei conversar com os jagunços para chegarmos a um acordo e acabar com as batalhas, mas os mesmos não queriam acordo com ninguém e estavam decididos a lutar com todas as forças por suas terras.(Fabiana, 2000. Acervo pessoal).*

E o terceiro tipo, um híbrido dos dois primeiros, com uma conclusão pessoal:

*Me questionaram também sobre meu encontro com a “virgem” Maria Rosa e me acusaram de estar defendendo os sertanejos, disse que conversei com a virgem para entender o que ela pensava a respeito da situação.(...) Ao final concluíram que o Capitão Matos Costa poderia representar uma forma de enfraquecimento do exército e de fortalecimento dos sertanejos, mas estas conclusões não foram divulgadas ou registradas. Numa emboscada o Capitão Matos Costa foi morto cruelmente e quem levou a culpa foram os sertanejos, mas nós sabemos que não foi bem assim, né professora?! (Leonardo, 2000. Acervo pessoal)*

Com seriedade e convicção desenvolveu-se o trabalho da defesa e da acusação, o qual se pode perceber no texto escrito e entregue, pois além do histórico do conflito, elencaram as testemunhas, as perguntas

realizadas e o desenvolvimento do argumento. Ao final, sintetizaram claramente suas posições:

*Pode-se concluir que todo o conflito se deu pelo desejo dos jagunços de incomodar e abalar a ordem. Se não fosse eles terem começado a revolta e a bagunça, a Guerra do Contestado não teria acontecido, milhares de vidas teriam sido poupadas e não teríamos essa mancha negra na nossa história. (Acusação: Adriana e Fernanda)*

*Os camponeses já moravam naquelas terras, possuíam há muito tempo, então o direito de posse das terras eram deles. (...) No início da revolta, oito mil homens foram demitidos e deixados ao léu. (...) O governo federal cedeu as terras para a construção da estrada de ferro, sem fazer conversação com os caboclos. (Defesa: Alessandra e Christina, 2000. Acervo pessoal)*

O júri formulou sua decisão baseado nos quesitos já citados anteriormente, apontando inclusive as falhas da defesa e da acusação:

*(...) não nos foi possível compreender de fato a tal “bagunça”, apontada pelos dois lados em questão. Assim sendo, frente a incerteza, optamos pelo pró-réu, uma vez que ficou claro que os revoltosos estavam lutando pela recuperação de suas terras, pois esta era uma questão de sobrevivência. (2000. Acervo pessoal)*

Por último, é necessário colocar o empenho das escritãs em relatar todo o desenrolar do tribunal e o relatório conclusivo do Juiz, que o fez em forma de documento oficial, com cabeçalho, número do processo, vara criminal, os quesitos e, ainda, um encaminhamento final:

*(...) Após todas as testemunhas darem suas contribuições para o processo, o Júri deliberou por duas horas e nos trouxe uma*

*decisão unânime: inocentes. Assim, ficam livres da cadeia e da culpa todos os revoltosos daquele movimento e aconselha-se a abertura de um novo inquérito com o intuito de apurar os verdadeiros responsáveis pelo conflito. Cordialmente, Juiz Alden L. Nascimento.*

Como não acredito que nenhuma experiência pedagógica seja modelar, é necessário que se fale dos limites e possibilidades que se apresentaram. No tocante ao espaço físico, o anfiteatro do colégio revelou-se como um espaço privilegiado para a organização da produção teatral e a biblioteca, ainda que necessite de aquisições, possui um bom acervo para consulta. Deve-se ressaltar o número de alunos por sala - aproximadamente 25 - que se configura como um dado positivo e, no meu ponto de vista, essencial para a realização deste tipo de atividade, frente à realidade encontrada na rede municipal, estadual e particular. Sempre lecionei para um número maior de alunos e ratifico este aspecto como fundamental para a concretização de uma atividade como essa e de outras tantas que visam à autonomia do aluno, o desenvolvimento da sua criticidade e cidadania, como apregoa a Proposta Curricular Estadual (1997) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998).

Por fim, a estrutura voltada para uma grade disciplinar com aulas com tempo determinado é um fator limitador, pois contamos com a boa vontade de muitos colegas para não interrompermos um processo de pesquisa e aprendizagem que com certeza não obedece a esta lógica temporal. Novamente remeto à falácia de certos discursos e documentos oficiais que exigem do profissional um incremento na sua prática, mas sequer questionam a estrutura arcaica sobre a qual a Escola, como instituição, ainda repousa. Efetivamente o apoio do grupo constituído na disciplina de História foi essencial para a consecução deste e de outros trabalhos, bem como o respeito e a compreensão dos colegas de outras áreas.

Como já enunciei no início deste texto, o objetivo foi o de registrar e socializar uma experiência no campo da produção do conhecimento histórico no âmbito da sala de aula. Algo que possa apontar no sentido de uma prática docente centrada no aluno como sujeito participativo no processo: no sentido de opinar, realizar uma pesquisa qualitativa, construir a



trajetória passo a passo e coletivamente, expressar-se oral e textualmente. Neste caso o professor é mais que um mediador, é alguém que não tem medo de mostrar sua fragilidade em outras áreas do conhecimento como também no desafio de um trabalho metodológico ainda não experimentado. Neste sentido, os alunos podem e devem ser parceiros e percebi que foi o momento de maior participação e envolvimento da classe naquele ano:

Discordar ou defender um ponto de vista diferente é muito difícil para aqueles que têm à sua disposição apenas as informações passadas pelo mestre ou contidas no livro didático. Sem alternativas, resta a esse aluno assumir um padrão de passividade intelectual sem aprender os caminhos que levem à busca e a criação do conhecimento. Não aprendendo a andar sozinho, sem produzir as suas próprias conclusões, tornar-se-á um alvo de manipulação de toda sorte.<sup>82</sup>

Outras considerações relacionadas à orientação do currículo por temáticas, a importância da História Local como ponto de partida para a discussão de um contexto mais amplo foram suscitadas por este trabalho, mas penso que podem ser discutidas num outro momento. Como relato de experiência, meu objetivo foi o de registrar e compartilhar um trabalho possível, no âmbito da sala de aula. Como professora foi o de insistir na escuta dos silêncios, como explica o cego Estrelinho:

(...) escuta, meu irmão, escuta este silêncio. O erro da pessoa é pensar que os silêncios são todos iguais. Enquanto não: há distintas qualidades de silêncio. É assim o escuro, este nada apagado que meus olhos tocam: cada um é um, desbotado à sua maneira. Entende, mano Gigito?<sup>83</sup>

---

<sup>82</sup> ROCHA, Ubiratan. Reconstruindo a História a partir do imaginário do aluno. In: NIKITIUK, S. L. **Repensando o ensino de História**. São Paulo: Cortez, 1996. p.55.

<sup>83</sup> COUTO, Mía. **Estórias abensonhadas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. p.23.

## Referências:

- AFONSO, Eduardo José. **O Contestado**. São Paulo: Ática, 1994.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **A Guerra do Contestado**. [s/d].
- AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. Florianópolis: UFSC, 1984.
- BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **João Maria: interpretação da Campanha do Contestado**. São Paulo: CIA Editora Nacional, 1960. Vol. 310.
- COUTO, Mía. **Estórias abensonhadas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- CUNHA, M. Isabel da. **O bom professor e sua prática**. 6. Ed. São Paulo: Papyrus, 1996.
- DIÁRIO CATARINENSE. **O Contestado: histórias de Santa Catarina**. Cadernos especiais, 2000/2001.
- JOANILHO, André L. **História e prática: pesquisa em sala**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- MARANHÃO, Ricardo & MENDES, Antônio. **Brasil História: textos e consulta**. São Paulo: Brasiliense, 1981. Vol. 3
- NIKITIUK, Sônia L. (org.). **Repensando o ensino de história**. São Paulo: Cortez, 1996.
- PERSPECTIVA: interfaces do ensino de História**. Florianópolis, ano 17, número especial, jan.-jun. 1999.
- RECHIA, Karen Christine. **Produção textual e vídeo dos alunos e alunas da 2ª série B/2000**. Acervo particular.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social – A guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916.** 3ª ed. Ática: São Paulo, 1981.

**SAGA:** a grande História do Brasil. São Paulo: Abril, 1981.

THOMÉ, Nilson. **Trem de ferro: a ferrovia no Contestado.** Caçador: Imprensa Universal, 1980.